

**RESENDE, A. Muniz de.** Desenvolvimento e subdesenvolvimento cultural. s.l., s.d., 39p. mimeo.

O texto examina a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento cultural numa perspectiva filosófica. As reflexões procedidas ao longo do trabalho alcançam o tema em sua complexidade e constituem-se de especial relevância para a compreensão dos problemas que a sociedade em geral enfrenta no mundo contemporâneo.

As colocações iniciais atestam para o fato de que "o desenvolvimento econômico, industrial e científico não significa necessariamente desenvolvimento cultural, embora possa contribuir muito positivamente para ele". O autor toma como exemplos acontecimentos nacionais e internacionais da atualidade que revelam a coexistência do subdesenvolvimento cultural com o desenvolvimento econômico e científico. Pode-se perceber, aí, as primeiras idéias acerca do problema em estudo, principalmente quando se aponta como característica de subdesenvolvimento cultural de um país o não entendimento à dimensão humana, à melhoria da qualidade de vida de toda a população. A crise cultural em que o mundo se encontra tem implicações tanto para os países chamados subdesenvolvidos, quanto para os desenvolvidos.

Colocado o problema de forma ampla, o autor parte para a análise do assunto, com base nas contribuições de diversas correntes filosóficas e científicas voltadas para o estudo da cultura. Para isso, o trabalho é organizado em duas partes principais: história do problema da cultura e discussão filosófico-científica do problema da cultura.

No primeiro caso, salienta a problemática relativa ao conceito de cultura. Mostra que, historicamente, o termo cultura compreendeu diferentes acepções, as quais "continuam influenciando direta e indiretamente

em nossa concepção atual, vulgar ou filosófica, do problema cultural". A seguir, passa em revista essas acepções, conforme a seqüência histórica em que surgiram. São elas as acepções clássica, renascentista e as atribuídas pelo enciclopedismo, positivismo, evolucionismo cultural e pela antropologia, esta última modificando substancialmente as anteriores.

A análise subsequente incide sobre os principais aspectos enfocados pela filosofia da cultura, atualmente, que possibilitam "integrar e discutir a contribuição das diversas acepções de cultura através da história". Nesse sentido, diz o autor: "Reconhecer com a antropologia a universalidade do fenômeno cultural — pois todo povo tem sua cultura — não exclui a questão da consciência que os diversos povos, e mesmo os grupos sociais, têm do sentido de sua existência na forma cultural como ela está sendo vivida". E mais: "É na discussão dos conflitos resultantes da polissêmia do conceito de cultura que se coloca, hoje em dia, o problema do desenvolvimento cultural como sendo principalmente o da qualidade de vida dos indivíduos, grupos e nações na situação concreta de sua história".

Nessa linha de raciocínio, a segunda parte do trabalho começa por uma revisão crítica das diferentes posições teóricas a respeito da cultura, de onde procura extrair os elementos mais relevantes para o entendimento da questão desenvolvimento/subdesenvolvimento cultural. Focaliza, desse modo, as contribuições específicas do estruturalismo, do funcionalismo, de Hegel, Marx e outras correntes filosóficas que ampliam a visão marxista ortodoxa do problema cultural, encerrando com o exame da contribuição psicanalítica.

O autor busca, então, examinar as relações do problema cultural "com a dimensão política da experiência humana global".

Como primeira abordagem, indica "o caráter englobante tanto da cultura como da política". Sobre este aspecto, esclarece: "Ambas dizem respeito à maneira de ser e à qualidade de vida de todos os integrantes da 'polis'. Mas enquanto a política se caracteriza pelo exercício do poder, a cultura se caracteriza pelo sentido e a maneira como este poder é exercido e as repercussões que tem na vida da população". A partir daí, constata-se que as formas de governo e as formas de vida dos governados são interdependentes, cujo significado evidencia-se mais concretamente na seguinte afirmação: "O exercício totalitário do poder político pressupõe e suscita o subdesenvolvimento cultural dos governados. Ao contrário, o exercício democrático do poder político pressupõe e suscita o desenvolvimento cultural da população".

Outro aspecto observado é a existência de uma íntima relação entre a política, a educação e a cultura. Essa constatação conduz à reflexão sobre as funções da escola. Alguns pontos relevantes são colocados a esse respeito. Um deles, refere-se ao fato de que "uma democracia só será possível se e na medida em que a população for participante e tiver condições para isso"; outro, mostra que "uma população culturalmente desenvolvida tem necessariamente um comportamento político diferente de uma outra, culturalmente subdesenvolvida". Assim sendo, "a melhor maneira da escola fazer política é ainda fazer cultura". Discute, ainda, o desvirtuamento das funções da escola quando se restringe sua atuação cultural dando-lhe outras atribuições como a de exclusivamente formar profissionais para o mercado de trabalho — característica dos governos totalitários e decorrente de uma visão subdesenvolvida do trabalho na sociedade capitalista.

A análise das relações entre a política e a cultura explicita-se, ainda mais, na verificação de uma relação essencial entre ambas. Segundo o autor "a política tem uma dimensão essencial de cultura, e a cultura uma dimensão essencial de política". Mais ainda: é uma relação dialética, onde o questionamento mútuo ocorre permanentemente.

O subdesenvolvimento cultural é visto, dessa maneira, como sendo característica básica das relações de dominação existentes em uma sociedade onde a maioria da população não participa do sistema e, nessa direção, próprio do contexto capitalista.

A possibilidade de superação do problema é colocado pelo autor numa perspectiva de revolução. Essa revolução "terá de ser simultaneamente cultural, política, social e econômica". Ao tratar, ainda, sobre o modo dela se processar, diz: "Uma das melhores maneiras de se desenvolver uma ação política é através da ação cultural. (...) Toda ação cultural está preñe de uma revolução cultural, com conseqüências políticas, sociais e econômicas".

As explicitações seguintes tomam por base o estudo dos valores, a partir das abordagens tópica, econômica, dinâmica, dialética e utópica. Toma-se evidente que embora a relação entre os valores se estabeleça segundo uma hierarquia, esta não é irreversível, isto é, a ordem em que os valores se apresentam está sujeita a alterações. No entanto, "não são os detentores do poder político, econômico e social que vão mudar esta ordem. Somente o poderão fazer e somente têm interesse em fazê-lo os que são dominados. Aparentemente, isso é impossível, pois, por definição, os dominados não têm poder. E aí surge a dimensão utópica de uma revolução feita pelos dominados, numa mudança completa da ordem dos valores, colocando os homens em primeiro lugar; as coisas, a começar pelo capital, em lugares secundários. Essa é a dimensão cultural da revolução, ou mesmo, é a isso que podemos chamar de revolução cultural: uma mudança provocada na hierarquia de valores, de maneira a preencher a 'falta' do sistema anterior, com uma nova forma de vida para todos".

Ampliando a visão do problema, retoma o sentido da cultura "como modo de ser de toda a população" para esclarecer que a ação cultural a ser desenvolvida deverá atingir tanto os dominantes como os dominados, mas, sobretudo, estes últimos. E, indagando como isto pode ocorrer, particularmente no caso das classes dominantes, salienta que não se fará de maneira espontânea, "mas pela pressão — libertadora — das classes dominadas".

A seguir, procura situar movimentos de repercussão cultural, como o método Paulo Freire, a Teologia da Libertação e as Comunidades Eclesiais de Base (América Latina e Brasil), os movimentos de contracultu-

---

ra no mundo ocidental e a Revolução Cultural Chinesa. Levando em conta as relações essenciais entre a política e a cultura, analisa também o papel das organizações sindicais e dos partidos políticos e, no que concerne à educação, o papel da universidade brasileira.

São ressaltadas, por outro lado, as formas distorcidas que a ação cultural pode apresentar, as quais "acabam escamoteando o problema cultural em termos de forma de vida e de qualidade de vida de toda a população". Confundir a ação cultural com as pretensões da indústria cultural e a cultura de massa, reduzi-la ao simples esforço de colocar os bens culturais disponíveis a toda a população e restringir seu significado à proteção do folclore e da cultura popular, são exemplos do que pode ocorrer nesse sentido.

As idéias desenvolvidas anteriormente completam-se na seguinte passagem: "Em qualquer hipótese, e em relação a todos os níveis em que a ação cultural é exercida, o desafio do desenvolvimento cultural é o de despertar e estimular uma consciência cultural propriamente dita.

A consciência cultural é aquela que se define pela percepção, crítica e criação de sentido para a existência, na superação das ideologias dominantes ou dominadas, na criação de outras formas de vida, melhores que a atual".

Finalmente, o texto volta-se para o estudo da questão referente à cultura brasileira. Abordando-a do ponto de vista filosófico, assinala "que existe uma cultura brasileira, um modo particular de sermos-no-mundo". Fundamenta essa colocação através da análise das relações entre a história e a cultura, destacando a "dimensão cultural da língua, da linguagem, em suas diversas formas, como fenômeno expressivo da cultura". Esclarece, no entanto, que ela "permanece em grande parte desconhecida", passando daí ao questionamento de sua "ideologização" enquanto uma das formas de seu desconhecimento. Discutindo o problema, mostra que "as ciências e a filosofia têm um importante papel a desempenhar face ao desenvolvimento cultural, exatamente como críticas da ideologia", dando especial destaque às contribuições das ciências humanas e da filosofia.